

O ECUMENISMO COMO INTERCULTURALIDADE NA AÇÃO AFIRMATIVA DO CENTRO ECUMÊNICO DE CULTURA NEGRA (CECUNE)

Lilian Conceição da Silva Pessoa de Lira*

Resumo

Durante décadas, a história oficial registrada nos livros omitiu a história real do povo negro no Brasil. Apresentar a pessoa negra escravizada como passiva é negar a capacidade de organização e luta que fez surgir grupos de resistência que garantiu e continua a garantir que valores culturais do povo negro perdurem até os dias de hoje. Esses grupos de resistência têm na cooperatividade, no comunitarismo e na solidariedade a base de apoio para a busca de alternativas de enfrentamento às discriminações históricas. Tais ações de resistência fortalecem a compreensão de que as pessoas não são em si mesmas, mas são em razão da coletividade. O que numa das línguas sul-africanas tem na palavra “ubuntu” (eu sou porque nós somos), sua melhor síntese. Nesse sentido, o ecumenismo, como alternativa para o exercício da interculturalidade, torna-se instrumento que impulsiona as ações educativas do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE), como ação afirmativa de ascensão do povo negro gaúcho.

Palavras-chave: ecumenismo, comunitarismo, cooperatividade, interculturalidade, ação afirmativa.

Abstract

During decades, the official history registered in the books omitted the real history of the black people in Brazil. To present the enslaved black person as passive is to deny the capacity of organization and struggle which made groups of resistance emerge. This has guaranteed, and continues to guarantee, that cultural values of the black people have endured until today. These groups of resistance have in cooperativity, in communitarism and in solidarity the basis of support for the search for alternatives of confronting the historical discriminations. Such actions of resistance strengthen the understanding that persons are not in themselves, but they are on account of the community. In one of the South African languages, this finds in the term "ubuntu" (I am because we are) its best synthesis. In this sense, ecumenism, as an alternative for the exercise of interculturality, becomes an instrument that drives the educative actions of the Ecumenical Center of Black Culture (CECUNE), as affirmative action of ascent of the black people from Rio Grande do Sul.

Keywords: ecumenism, communitarism, cooperativity, interculturality, affirmative action.

* Bacharel, mestra e doutoranda em Teologia, área: Religião e Educação, do Programa de Pós-Graduação das Faculdades EST. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Título da dissertação de Mestrado: “As ações educativas do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE)”, sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo Luis Pauly, defendida em 2006, da qual aqui se aproveitou o 3º capítulo. O tema de pesquisa do doutorado é “Teologia e Ciências da Religião: tensões e possibilidades pedagógicas”, sob a orientação do Prof. Dr. Roberto Zwetsch Contato: liliancsilva13@gmail.com.

O que são Ações Afirmativas?

Entender o que são ‘Ações Afirmativas’ (AA), é reconhecer que a História do Brasil está maculada de fatos tais como: maior país escravagista da era moderna e o último do ocidente a abolir a escravatura; maior importador do tráfico de escravos; segunda maior população negra do mundo.¹

Os brasileiros afrodescendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria: são 76,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 45% dos habitantes do Brasil, segundo dados do Censo de 2000 (...). A população negra encontra-se distribuída em todas as Unidades da Federação, mas concentra-se, proporcionalmente, mais em alguns estados: em 18 das 27 Unidades da Federação, os negros são majoritários, isto é, mais de 50% das pessoas se declaram pretas ou pardas. Os estados da região Sul são os que possuem menores porcentagens de população negra: Santa Catarina tem 9%; o Paraná, 20%; e o Rio Grande do Sul, 13%.²

Soma-se aos fatos acima descritos a constatação de que “3,3% dos jovens negros concluíram curso de nível médio contra 12,9% de brancos”³ e que “apenas 2% de jovens negros têm acesso à universidade”,⁴ podemos inferir que as desigualdades raciais no Brasil têm origem na condição de escravidão imposta à população negra trazida da África, que tem como consequência a exclusão social e econômica da população negra no transcorrer da história do Brasil. A negação da humanidade e de direitos de mulheres e homens negros tem sido a “essência do racismo”. Como bem afirma CARDOSO.⁵

A história do Brasil, no que diz respeito à população negra, foi construída a partir da negação dessas desigualdades, metamorfoseando a realidade com teorias e concepções equívocas, que vão desde a concepção de “escravidão cordial”⁶ ao mito da “democracia racial”⁷.

Diante desta realidade de desigualdades, há que se ter ações combativas que preconizem alternativas e iniciativas de promoção de igualdade, que objetivem a

¹ JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/desigualdades/Parte1.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

² JACCOUDE e BEGHIN. Acesso em: 26 jul.2006.

³ CEERT. **Política de Promoção da Igualdade Racial na Educação – Exercitando a Definição de Conteúdos e Metodologias**. Brasília: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2004, p. 28.

⁴ CEERT, 2004, p. 28.

⁵ CARDOSO, Marcos. **O Movimento Negro**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2002, p. 22.

⁶ A falsa idéia de que a escravidão no Brasil era mais branda de que em outros países, em especial, do que nos Estados Unidos. **Desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em <http://www.desigualdade.inf.br/textos/desigualdades_raciais.ppt>. Acesso em: 04 jul. 2006.

⁷ A pseudo-idéia de que no Brasil não há racismo. **Desigualdades raciais no Brasil**. Disponível em: <http://www.desigualdade.inf.br/textos/desigualdades_raciais.ppt>. Acesso em: 04 de jul. 2006.

compensação favorável para pessoas negras diante da exclusão social a que foram submetidas ao longo dos séculos. A política pública de discriminação positiva, a previsão de cotas, viabiliza o direito democrático de acesso à educação, e representa um passo concreto da sociedade brasileira no caminho em direção à mudança dessa realidade de exclusão que, certamente, requer muitos outros passos. Ações como estas são denominadas como “Ações Afirmativas” (AA), ou discriminação positiva, ou políticas compensatórias⁸ ou ainda, ações educativas de inclusão a favor de negros e negras.

Cotas como proposta política de Ação Afirmativa

Como afirma Kabengele MUNANGA, na história da ideologia anti-racista, “as chamadas políticas de ação afirmativa são muito recentes”.⁹ Foram implementadas em diversos países, como: Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Austrália, Alemanha, dentre outros, e, mais recentemente, no Brasil.¹⁰

Como proposta política de ação afirmativa, surge o sistema de cotas, garantindo a inclusão de negros e negras em universidades e possibilitando o acesso a cargos em empresas. Ações como estas não foram bem acolhidas pela sociedade brasileira que é marcadamente racista. Sendo assim, há quem se coloque favoravelmente¹¹ a esta política, bem como há quem seja totalmente desfavorável, como tem acontecido desde que “o debate sobre as AA a partir das propostas apresentadas pelo governo brasileiro na III Conferência Mundial contra o Racismo: a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância”,¹² que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001.

As discussões sobre cotas têm como pano de fundo a questão do acesso à universidade. Segundo Boaventura de Souza SANTOS se esperava que na última

⁸ MUNANGA, Kabengele. Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB)**, n. 4. Niterói: EdUFF, 2002, p. 117.

⁹ MUNANGA, 2002, p. 117.

¹⁰ MUNANGA, 2002, p. 117.

¹¹ Sobre argumentos favoráveis em favor das cotas MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA e SILVÉRIO, Petronilha Beatriz Gonçalves e Valter Roberto (Orgs.). **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003, p. 117-128.

¹² SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha da. (Org.) **Ações Afirmativas em Educação - Experiências Brasileiras**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003, p. 17.

década, que teve início no final do século XX, a democratização do acesso à universidade fosse alcançado. Mas ao invés disso houve, inicialmente, uma massificação fundamentada nas questões de mérito e de privilégio. E na maioria dos países, fatores de discriminação de classe, sexo, raça/etnia, tiveram fundamental influência. O que se vê é que nas universidades públicas brasileiras as questões de mérito e privilégio quase sempre mantêm as pessoas das periferias distantes desse acesso, sendo as vagas ocupadas, na grande maioria das vezes, por quem tem condições de manutenção em universidades privadas.

No Brasil, em especial, esse assunto tem espaço garantido, sobretudo pelo protagonismo dos movimentos sociais, destacando-se o movimento negro. A partir da pressão desses movimentos, o Governo Federal lançou no primeiro semestre de 2004 o Programa “Universidade para Todos (Pro-Uni)”¹³, que possibilita uma ação afirmativa que oportuniza o acesso à universidade, a partir de critérios raciais e sócio-econômicos, prevendo bolsas de estudo integral em universidades privadas para jovens de baixa renda.¹⁴

“O início da integração para a mudança”¹⁵

O Movimento Negro tem sido responsável, ao longo dos anos, pelas conquistas da luta por direitos humanos e dignidade em favor das populações negras, como já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho. Segundo José Jorge CARVALHO¹⁶, várias oportunidades de inclusão étnica e racial no ensino superior foram ignoradas: intelectuais negros tentaram confrontar idéia de integração racial, nos anos trinta (defendida por Gilberto FREYRE em sua obra “Casa Grande Senzala”), denunciando o sofrimento da população negra brasileira, mas sem sucesso. A obra de FREYRE não ofereceu uma alternativa viável para mudar a

¹³ SANTOS, Boaventura de Souza. A questão do acesso na universidade do século XXI, p. 7-9, *In Revista Advir* nº. 19. Rio de Janeiro: ASDUERJ, setembro de 2005, p. 8.

¹⁴ Um exemplo disso se vê no resultado de um estudo que revela que, por exemplo, apenas em uma rua, a Bela Cintra, situada na região afluenta dos Jardins, concentra um número maior de ingressantes no Vestibular 2004 da Universidade de São Paulo, do que 74 bairros da periferia da zona sul, como registra SANTOS, 2005, p. 9.

¹⁵ Resposta de Kyzzy Barcelos Barbosa, estudante do 5º período de Nutrição no IPA, associada-filiada do CECUNE, à pergunta “Como você vê a relação de parceria entre o CECUNE e o IPA?”, através de e-mail datado de 19 de jul.2006.

¹⁶ José Jorge de CARVALHO é PhD em Antropologia pela Universidade de Queen’s, de Belfast; professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq.

realidade. Muito pelo contrário, a elite brasileira tornou-a livro-texto para a fundamentação teórica da tese ideológica sobre a democracia racial. “A tese da ‘democracia racial’ é vista como um instrumento ideológico que contribuiu para o falseamento da realidade e para a fragmentação da identidade cultural negro-africana no Brasil.”¹⁷ A realidade teria sido outra, não fosse a distorção na percepção da realidade, propiciada pela mencionada obra.

Nos anos cinqüenta, outro grupo de intelectuais tentou denunciar a realidade excludente da época. Abdias do NASCIMENTO e seu grupo publicavam o Jornal Quilombo, no qual Haroldo COSTA, então vice-diretor da Associação de Estudantes Secundaristas, tinha uma coluna que apresentava os pontos que fundamentavam o programa do jornal. Um desses pontos consistia na proposta de que os estudantes negros tivessem acesso à universidade na condição de bolsistas, “enquanto não se universalizasse a educação pública no Brasil”.¹⁸ Também nos anos cinqüenta, esta oportunidade não foi considerada. Posteriormente, sobretudo nos anos sessenta e setenta, a demanda retornou com mais vigor, mas a ditadura militar impossibilitou grandes avanços na época, como denuncia CARVALHO:

(...) nós convivemos durante mais de cem anos com um dos índices de exclusão racial e étnica mais brutais do planeta na prática, e simultaneamente com uma imagem de nação completamente oposta a isso, de uma nação que fazia inveja a outras nações do mundo que achavam que aqui no Brasil esse problema estava resolvido. Isso fez gerar em todos nós, acadêmicos, uma esquizofrenia monumental, que é a esquizofrenia da qual estamos procurando nos tratar no momento presente. As universidades ficaram fora porque o projeto das universidades brasileiras foi evidentemente um projeto eurocêntrico, era o orgulho das nossas universidades transladar para o Brasil o saber europeu e isso elas o fizeram sem nenhuma vergonha de dizer que disso se tratava.¹⁹

¹⁷ CARDOSO, 2004, p. 22.

¹⁸ CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidades Brasileiras**. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Palestra proferida na II Semana da Consciência Negra da FEEVALE, em Novo Hamburgo, no dia 17 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2006. Acesso em: 25 jul.2006. Proposta recentemente adotada pelo MEC, configurada no PROUNI, Programa Universidade para Todos. O Programa Universidade Para Todos, criado pela Medida Provisória nº 213/2004 (https://www.presidencia.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm), oferece bolsas parciais e integrais para alunos carentes nas instituições de ensino superior privado. Estas entidades, conforme a instrução normativa 456/2004. Disponível em:<http://prouni.mec.gov.br/prouni/inst_normativa.asp>, ficam isentas de quatro tributos federais: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Contribuição para o PIS/Pasep. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0808.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

¹⁹ CARVALHO, 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie382empdf.pdf>>. Disponível em: 25 jul. 2006.

As primeiras universidades federais brasileiras são as do Paraná, do Rio Grande do Sul e de São Paulo, respectivamente.²⁰ Todas da década de trinta e todas com um perfil branco. Perdeu-se, na ocasião, uma excelente oportunidade de inclusão de negros e indígenas, o que significaria uma mudança radical nos rumos da história da educação brasileira. Mais adiante, nos anos cinquenta, um dos grandes cientistas sociais brasileiros do século XX, Guerreiro RAMOS, intelectual negro, egresso da primeira turma de filosofia da então Universidade do Brasil, hoje UFRJ, não foi aceito pelos professores brancos que compunham o corpo docente daquela universidade. Como ele, também sofreu discriminação racial o intelectual negro Edison CARNEIRO, que foi impedido de ocupar a vaga de professor de Antropologia, embora tivesse qualificação para tal.²¹

Nos anos sessenta, funda-se a Universidade de Brasília – UnB, tendo como primeiro reitor, o respeitado intelectual Darcy RIBEIRO, sociólogo branco, que nenhum esforço fez para a inclusão étnica e racial, desperdiçando mais uma oportunidade de mudança na realidade da universidade no Brasil.²²

O resultado dos constantes desperdícios de oportunidades de inclusão étnica racial é percebido nos escandalosos números percentuais em que temos uma média de 0,5% de professores negros nas universidades públicas brasileiras.²³ O que, de certa maneira, não deve causar surpresa, uma vez que já dissemos antes que o percentual de pessoas negras ingressas na universidade é de 2%.

Por acreditar na possibilidade de mudança dessa realidade, o CECUNE, como uma ONG do Movimento Negro organizado, tem assumido ações educativas que pretendem fazer diferença e contribuir para avanços rumo a uma realidade mais justa. Neste sentido, destacamos uma das ações do CECUNE, o convênio que estabelece parceria com o Centro Universitário Metodista IPA, como exemplo de inclusão que tem possibilitado o acesso de jovens negras e negros ao mundo acadêmico. Com essa iniciativa, o acesso ao ensino superior, que em muitos casos ficava fora do limite do possível, se realiza. Como indica o relato de Cristiane Gomes

²⁰ CARVALHO, 2004.

²¹ CARVALHO, 2004.

²² CARVALHO, 2004.

²³ CARVALHO, 2004.

da SILVA²⁴: “Percebo uma bela saída e uma iniciativa nobre para jovens como eu que nunca imaginava cursar uma faculdade...”²⁵

O convênio foi estabelecido em 2004 tendo como objetivo “estabelecer e regulamentar um programa de cooperação técnica e científica”²⁶ entre as partes envolvidas. Como anexo ao convênio mencionado, foi estabelecido um termo aditivo que prevê a disponibilidade de no mínimo 30 vagas para negros indicados pelo CECUNE, a cada semestre. Através do convênio, o CECUNE cumpre um de seus objetivos permanentes: “... promover ações de capacitação e formação profissional que viabilizem a inclusão social”.²⁷

O ingresso das(os) candidatas(os) se dá a partir da inscrição regular no vestibular e auto-declaração de pertencimento racial, bem como o preenchimento da ficha de inscrição solicitando bolsa carência, efetuada mediante simulação de dados que deverão ser comprovados no caso de aprovação no vestibular,²⁸ a modalidade adotada no processo de regramento do acesso à oferta de bolsas – livre acesso à inscrição para candidatas(os) que se enquadrassem no perfil essencial caracterizador da política implantada (estudantes negras e negros, economicamente carentes).²⁹

Os números³⁰ de acesso de pessoas negras à universidade desde o estabelecimento da parceria CECUNE/IPA, são:

→ 2004: 35 estudantes, sendo 25 mulheres e 10 homens, no 1º semestre; 74 estudantes, sendo 52 mulheres e 22 homens, no 2º semestre;

²⁴ Associada filiada ao CECUNE e estudante do 6º período de Fonoaudiologia, respondendo à pergunta “Como você vê a relação de parceria entre o CECUNE e o IPA?”, através de e-mail datado de 20 de jul.2006.

²⁶ Convênio que entre si celebram o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA e o Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE.

²⁷ Alínea II do Artigo 1º do Título I – Da associação: denominação, objetivos, sede, foro, duração e atuação, do Estatuto do CECUNE.

²⁸ A aprovação no vestibular é critério *sine qua* para ingresso na universidade. Cf. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Negros na universidade e produção do conhecimento. *In*: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003, p. 46.

²⁹ Resposta de Suzana RIBEIRO, coordenadora do CECUNE, à pergunta “Em que medida o ecumenismo define e sustenta a concepção de ação educativa de inclusão do CECUNE no IPA?”.

³⁰ Os números apresentados foram informados pela Coordenação do CECUNE através de e-mail datado de 09 de jul. 2006.

→ 2005: 94 estudantes, sendo 64 mulheres e 30 homens, considerando os dois semestres;

→ 2006: 87 estudantes, sendo 59 mulheres e 28 homens, no 1º semestre.

Portanto, mediante este convênio, estão fazendo sua formação no ensino superior no IPA, 200 negras e 90 negros, totalizando 290 estudantes. O número de mulheres é 2,3 vezes maior que o de homens, evidenciando um recorte de gênero presente na educação. (Fica o registro para o aprofundamento posterior desta pesquisa).

Esta inclusão de estudantes negros e negras no ambiente acadêmico do IPA tem estimulado e possibilitado conseqüências tais como:

1) **A diversidade étnico-racial:** com a promoção do ingresso de estudantes negros e negras no Centro Universitário Metodista IPA, o CECUNE tem contribuído para um ambiente de convivência com a diversidade étnico-racial. Segundo Rita Laura SEGATO³¹, em sua “análise das formas de impacto na academia e na sociedade”³², há pelo menos nove “possíveis benefícios”³³:

a) instaura um processo de reparação histórica, à medida que se admite a existência do racismo e suas conseqüências danosas à população negra. É o que SEGATO denomina “eficácia reparadora”;³⁴

b) possibilita a atitude de correção do erro histórico que delegou à população negra a exclusão do ambiente acadêmico. É o que SEGATO chama “eficácia corretiva”;³⁵

c) concede o acesso da população negra ao ensino superior, sem perder de vista a necessidade de mudanças estruturais na qualidade do ensino em todos os níveis. A medida deve ser entendida, além de reparadora e corretiva, também como uma medida de “eficácia educativa imediata”;³⁶

³¹ Rita Laura SEGATO, é doutora em Antropologia e professora do Departamento de Antropologia da UnB – Universidade de Brasília.

³² CARVALHO, 2004.

³³ Esses “possíveis benefícios” ela também denomina de “impactos de formas particulares de eficácia”, quando da adoção de um programa de cotas na universidade. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2006.

³⁴ Esses “possíveis benefícios” ela também denomina de “impactos de formas particulares de eficácia”, quando da adoção de um programa de cotas na universidade. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

³⁵ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

³⁶ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

d) garante à universidade uma alternativa de espaço laboratorial de experimentação pedagógica e sociológica, no qual a observação poderá resultar intervenções reparadoras, possibilitando um processo contínuo de avaliação e intervenção, na busca pelo aperfeiçoamento do experimento. Constitui-se uma “eficácia experimental”;³⁷

e) favorece e estimula um ambiente plural, em que a diversidade étnico-racial, dentre outras, torna o aprendizado mais fértil. A multiplicidade de experiências provoca um clima de maior sociabilidade entre as diferenças. Percebe-se aí, a “eficácia pedagógica”,³⁸ que garante a fecundidade dos múltiplos saberes dos agentes envolvidos;

f) desencadeia um processo de mudança do que José Jorge de CARVALHO denomina como “injustiça simbólica”,³⁹ possibilitando que crianças e jovens passem a encontrar mais professores(as) negros(as) e tenham neles(as) referenciais de identificação afetiva para desenvolverem suas próprias capacidades. É o que SEGATO denomina como “eficácia educativa de espectro ampliado”;⁴⁰

g) efetiva a denúncia do racismo, assumindo uma postura política à medida que provoca uma reflexão contemporânea sobre a existência da discriminação racial no Brasil; acentuando a “eficácia política”⁴¹ quando se possibilita o acesso de estudantes negros e negras através do sistema de cotas;

h) fomenta a consciência de cidadania, contribuindo para uma ação transformadora de uma realidade excludente que dificulta ou impossibilita o acesso da população negra à universidade. SEGATO chama esse benefício de “eficácia formadora de cidadania”;⁴²

³⁷ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

³⁸ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

³⁹ CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Petronilha e SILVÉRIO, Beatriz Gonçalves e Valter Roberto (Orgs). **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003.

⁴⁰ CARVALHO e SEGATO, José Jorge e Rita Laura. **Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília**. Parte 2: A eficácia das cotas para negros na universidade: uma análise das formas de impacto na academia e na sociedade. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 de jul. 2006.

⁴¹ Esses “possíveis benefícios” ela também denomina de “impactos de formas particulares de eficácia”, quando da adoção de um programa de cotas na universidade. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

⁴² Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

g) propicia a valorização da auto-estima da população negra, à medida que se torna instrumento que comunica as possibilidades de inserção e ascensão desta população, oportunizando que ela ocupe espaços que durante tanto tempo lhe foi inacessível. Como afirma SEGATO: “À medida em que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio onde antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade.”⁴³ O que ela chama “eficácia comunicativa”⁴⁴.

2) **A capacitação de estudantes:** Os estudantes aprovados no Vestibular para o ingresso na universidade, contemplados pelo convênio com a bolsa integral, recebem uma capacitação que visa a sua preparação para a inserção no ambiente acadêmico e o fortalecimento da identidade étnica. O curso aconteceu para as turmas que ingressaram em 2004, bem como as turmas que ingressaram em 2005.1, 2005.2 e 2006.1, com carga horária de 72 horas.⁴⁵

3) **O grupo de estudos:** criado a partir da relação de parceria CECUNE/IPA, o Grupo de Estudos sobre Diversidade e Relações Étnico-raciais é uma iniciativa ligada às Cátedras de Gênero e de Direitos Humanos do Centro Universitário Metodista IPA, constituído por pessoas associadas do CECUNE e docentes do IPA, que tem oportunizado um espaço de reflexão e estudo sobre conceitos envolvidos no contexto da temática da negritude, das ações afirmativas, da diversidade e das relações étnico-raciais. Um dos assuntos pautados nos encontros do grupo é a preocupação com uma temática presente nos escritos de Boaventura de Sousa SANTOS⁴⁶, e outros intelectuais que tratam a questão do acesso na universidade: ações afirmativas que visem não somente ao ingresso do negro na universidade, mas também sua permanência e obtenção de sucesso acadêmico e profissional⁴⁷.

⁴³ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 jul.2006.

⁴⁵ É exigência do Regimento Interno do IPA que a(o) estudante bolsista preste 72 horas de serviço comunitário em instituições sociais regulamentadas pelo CECUNE. A próxima edição do curso suprimirá esta exigência, uma vez que se tem o entendimento que o curso de capacitação habilitará a(o) estudante para a prestação de serviço comunitário para os semestres conseqüentes.

⁴⁶ Boaventura de Sousa Santos é sociólogo, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, diretor do Centro de Estudos Sociais.

⁴⁷ SANTOS, Boaventura e Souza. A Questão do Acesso na Universidade do Século XXI. In: **Revista Advir**. nº. 19. Rio de Janeiro: ASDUERJ, setembro de 2005, p. 7.

Como consequência, o grupo tem se proposto a empreender pesquisa incidente sobre todo o universo instaurado na Instituição de Ensino em decorrência dessas ações afirmativas, iniciando pelo acompanhamento e análise dos índices de evasão e permanência discente, com objetivos de acompanhar criticamente o processo e contribuir para o fortalecimento do debate nacional sobre esta temática. Estimular e promover ações de pesquisa são marcas objetivas das ações do CECUNE.

4) **O curso de capacitação para docentes:** a partir da parceria CECUNE/IPA foi acolhida a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SMED, para a disponibilidade do espaço físico do Centro Universitário Metodista IPA, para realização do Curso A Cor da Cultura: “projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira”,⁴⁸ fruto da parceria entre o Canal TV Futura, a Rede Globo de Televisão, a PETROBRAS, a SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e o CIDAN – Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro, que contribui para a implementação das normas estabelecidas pela Lei federal nº 10.639, de 2003. Como resultado, o CECUNE e o IPA têm possibilitado a capacitação de alguns de seus associados e docentes, respectivamente, para promoção da multiplicação dos conteúdos apreendidos no Curso A Cor da Cultura, em Encontros abertos às comunidades acadêmica e externa. Na primeira edição, houve um alcance modesto de cerca de quarenta e cinco pessoas. Os encontros foram ministrados por uma equipe de quatro docentes do IPA, duas docentes do Colégio Americano⁴⁹ e a coordenadora do CECUNE. Estimular a manutenção de sistemas de educação e assistência tem sido um dos objetivos permanentes do CECUNE, em respeito ao seu Estatuto.

5) **A visibilidade das ações afirmativas do IPA:** A partir da parceria com o CECUNE, o IPA tem se tornado referência para assuntos de ações afirmativas. Durante o mês de julho de 2006 o IPA recebeu a visita da Ministra Matilde RIBEIRO, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - SEPPPIR, que tomou conhecimento do trabalho que o Centro Universitário realiza relativamente à adoção de ações afirmativas para inclusão de negros e negras na universidade. Na

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br>>. Acesso em. 23 de jul. 2006.

⁴⁹ O Colégio Americano faz parte da Rede Metodista, na qual também está inserido o Centro Universitário Metodista IPA. O Colégio oferece os níveis de ensino fundamental, básico e médio.

ocasião, abriu um diálogo entre o IPA e a SEPPIR, convidando a Direção do IPA para agendar uma visita ao Gabinete Ministerial, com possibilidades de parceria. Também em julho, o IPA recebeu a visita do intelectual Jorge Aparecido MONTEIRO, mestre em sociologia, consultor empresarial e autor de quatro livros sobre empreendedorismo negro, que proferiu palestra destacando que “a maciça maioria dos 80 milhões de negros do país estão nos empregos em que o rendimento é menor, e ainda assim recebem 30% menos que os brancos com o mesmo grau de escolaridade”.⁵⁰ Promover ou participar de eventos educacionais, culturais, artísticos, e políticos, também tem sido um dos objetivos permanentes e presentes nas ações do CECUNE.

“Em que medida o ecumenismo define e sustenta a concepção de ação educativa de inclusão do CECUNE no IPA? Como se dá a relação de parceria do IPA com o CECUNE?”⁵¹

Do ponto de vista do CECUNE

Verifiquemos nas respostas dos associados-fundadores entrevistados, a percepção de ecumenismo presente na relação de parceria entre a ONG e o Centro Universitário:

Suzana Mariza RIBEIRO:

Em primeiro lugar, a modalidade adotada no processo de regramento do acesso à oferta de bolsas – livre acesso à inscrição para candidatas(os) que se enquadrassem no perfil essencial caracterizador da política implantada (estudantes negros(as), economicamente carentes). Outras opções poderiam ser escolhidas – o rateio das vagas apenas entre candidatos comprovadamente militantes, por exemplo. Em segundo lugar, a construção de uma prática favorável à diversidade, a partir de um discurso que é das duas instituições envolvidas em que os seres humanos envolvidos são recebidos e acolhidos com a sua individualidade, os seus corpos físicos e sociais, a sua história e as suas opções. Na intervenção capacitadora e reconstrutora da identidade étnica a entidade pretende atuar promovendo a revalorização desses aspectos específicos da diversidade. Penso ser esta a inspiração ecumênica que o CECUNE tenta colocar em prática.⁵²

⁵⁰ Disponível <<http://www.ipametodista.edu.br/institucional/canal/noticias>>. Acesso em: 25 jul.2006. Sobre este assunto, ver também o site da Fundação Getúlio Vargas, <<http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/index.htm>>. Com base nessa pesquisa, a Fundação montou um simulador para salário e possibilidade de emprego considerando as variáveis: faixa etária, grau de estudo, sexo e raça (afro e não-afro).

⁵¹ Perguntas presentes nos questionários respondidos pelos associados-fundadores do CECUNE e da Pró-reitoria do IPA.

⁵² Resposta recebida através de mensagem eletrônica.

Juarez RIBEIRO:

Na perspectiva de consolidação de políticas sociais que vêm sendo demandadas pelo movimento social negro brasileiro, implementando as ações afirmativas de acesso da população afro-brasileira no ensino universitário. Considero esta uma relação concreta e objetiva do IPA, no processo de inclusão educativa dos afrodescendentes em Porto Alegre RS.⁵³

Wilson de SOUZA:

A visão de ecumenismo que temos, onde o respeito às diferenças como citado anteriormente nos dá sustentação e viabiliza um currículo escolar voltado às necessidades e aos interesses da comunidade negra e articulado com a realidade social e histórica dos espaços urbanos e rurais em níveis local, regional e nacional, acreditamos que o IPA está sintonizado com o CECUNE nesta proposta.⁵⁴

Como pudemos perceber, está presente nas respostas a percepção da necessidade de implementação de políticas de ação afirmativa que possibilite o acesso da população negra carente à universidade. Esta é o interesse que move o CECUNE para uma ação de serviço e solidariedade em parceria com o IPA. Se recordarmos o que escrevemos no segundo capítulo, identificaremos o ecumenismo presente nesta relação de parceria, como sendo um exemplo de ecumenismo secular, no qual “a preocupação com o serviço e a solidariedade em favor de um mundo melhor”, é a prioridade.

Entendendo ‘parceria’ como uma junção de parceiros por um interesse comum⁵⁵, uma vez que verificamos o ponto de vista do CECUNE, é igualmente importante conferir o ponto de vista do Centro Universitário Metodista IPA.

Do ponto de vista do IPA

Segundo o relato do professor Dr. Francisco CETRULO Neto, ex-Assessor de Extensão e Ação Comunitária⁵⁶, atual Pró-Reitor Acadêmico do Centro Universitário Metodista IPA:

Nossa relação com o CECUNE não se dá devido ao ecumenismo de ambas as instituições. Ou entre as duas instituições. Nossa relação se dá porque trabalhamos com um público alvo comum... Feita a pergunta essencial: qual é fim que nos une? Tudo o mais é secundário. Ecumenismo não se discute, se pratica. Solidariedade não se discute, se pratica. Inclusão não se discute,

⁵³ Resposta recebida através de mensagem eletrônica.

⁵⁴ Resposta recebida através de mensagem eletrônica.

⁵⁵ Cf. LUFT, Pedro Celso. **Mini Dicionário Luft**, Porto Alegre, 1991, p. 468.

⁵⁶ A Coordenadoria de Extensão e Ação Comunitária é a instância da Pró-reitoria Acadêmica que promove o diálogo para estabelecimento de parcerias entre o Centro Universitário e representantes de movimentos sociais, como é o caso do CECUNE.

se pratica. (...) Quando firmamos uma parceria não discutimos os fundamentos filosóficos que sustentam os parceiros. Discutimos os objetivos comuns que nos levam a dialogar e a firmar convênios. Quando percebemos que os nossos fins são análogos temos convicção que nos movem motivações semelhantes. (...) Ou seja, praticamos um outro tipo de ecumenismo. Um ecumenismo que nasce na ação comum. Não um ecumenismo que se fundamente em comunhão de doutrinas. Nessa perspectiva, dificilmente se chega a consensos. John Wesley era do “pensar e deixar pensar”.⁵⁷

Se considerarmos a primeira parte da resposta de CETRULO, quando ele afirma que a relação entre o IPA e o CECUNE não se dá devido ao ecumenismo, mas pela afinidade de interesse de trabalhar com um público comum, talvez nos pareça que o ecumenismo não esteja presente nesta relação, a partir do ponto de vista do IPA. No entanto, a pergunta essencial, segundo ele, quanto ao fim que une as duas instituições, revela-nos em sua resposta uma percepção muito semelhante a que foi apresentada nas respostas dos associados-fundadores do CECUNE. Vejamos sua resposta:

(...) Ecumenismo não se discute, se pratica. Solidariedade não se discute, se pratica. Inclusão não se discute, se pratica. (...) Quando firmamos uma parceria não discutimos os fundamentos filosóficos que sustentam os parceiros. Discutimos os objetivos comuns que nos levam a dialogar e a firmar convênios. Quando percebemos que os nossos fins são análogos temos convicção que nos movem motivações semelhantes. (...) Ou seja, praticamos um outro tipo de ecumenismo. Um ecumenismo que nasce na ação comum. Não um ecumenismo que se fundamente em comunhão de doutrinas.⁵⁸

Vemos na prática de solidariedade e inclusão, que o modelo de ecumenismo secular também está presente na percepção do IPA. Conforme as palavras de CETRULO: “A parceria com o CECUNE se deu na perspectiva de incluir a população negra na universidade”,⁵⁹ é o interesse comum entre as instituições, como também verificamos no ponto de vista do CECUNE.

A relação de parceria entre o IPA e o CECUNE, identificada como o ecumenismo secular, tem na educação seu ambiente de atuação. Por isso, é importante considerarmos o conceito geral de educação, a partir da compreensão da Igreja Metodista, apresentado no documento Plano para Vida e Missão da Igreja⁶⁰, para em seguida percebermos que tipos de educação são compreendidos pela Igreja Metodista.

Primeiramente, faz-se necessário destacar a compreensão da Igreja Metodista, de que a Educação é parte da Missão, sendo “... o processo que visa oferecer à pessoa e comunidade, uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, e questionando os sistemas de dominação e morte, à luz de Deus”⁶¹.

A Igreja Metodista classifica a educação como: cristã, teológica e secular. Sendo a última a que é aplicada “... na comunidade, sobretudo nas áreas carentes; nas instituições de ensino em todos os graus; no processo de reformulação do sistema educacional do país; nos órgãos educacionais da Igreja”⁶². No caso específico da educação secular, há um compromisso da Igreja em formar profissionais para o mercado de trabalho que tenham consciência crítica dos problemas da sociedade. A partir da compreensão da Igreja Metodista do que é educação secular, destaquemos alguns objetivos:

- capacitar a comunidade para cooperar no processo de transformação da sociedade, na perspectiva do Reino de Deus;
- ser a instituição educacional agente para atuar na sociedade na perspectiva do reino de Deus;
- apoiar todas as decisões que promovam a vida, denunciar e combater todas as ações que destruam a vida; (...)
- propiciar possibilidades de estudos a alunos carentes.⁶³

Possibilitar o acesso a membros da comunidade negra, que durante tantos séculos têm sido mantidos excluídos do convívio acadêmico, é colaborar com o difícil e necessário processo de transformação da sociedade. É exercitar valores civilizatórios tais como: comunitarismo e cooperatividade. E se entendermos a palavra exclusão como um eufemismo para falar de morte, assumir a necessidade de implementação de ações afirmativas em prol da comunidade negra é denunciar o racismo e apoiar a promoção da vida.

Se admitirmos que o racismo é um grave problema social, que tem como essência a negação da humanidade e de direitos de mulheres e homens negros, como já

⁶¹ IGREJA METODISTA. **Plano para a Vida e a Missão**. Mensagem recebida por Lilian.lira@ipametodista.edu.br em 26 de jul. 2006.

⁶² IGREJA METODISTA. **Credo Social**. Mensagem recebida por Lilian.lira@ipametodista.edu.br em 26 de jul. 2006.

⁶³ IGREJA METODISTA. **Credo Social**. Mensagem recebida por lilian.lira@ipametodista.edu.br em 26 de jul. 2006.

dissemos anteriormente, e reportando-nos ao que o Credo Social da Igreja Metodista⁶⁴ define como problemas sociais, "... manifestações patológicas do organismo social como um todo; originam-se de situações estruturais da sociedade e da mentalidade das pessoas conduzindo-as a condições de vida subumana e produzindo a marginalização sócio-econômica e cultural de indivíduos e populações"⁶⁵; admitiremos igualmente que a parceria estabelecida cumpre o papel confessional da Igreja Metodista, que entende que uma de suas principais ações deve ser de apoio a movimentos que promovam à libertação das pessoas oprimidas, à luz do Evangelho de Jesus Cristo.

A experiência da parceria entre o CECUNE e o IPA pode ser identificada como uma experiência que promove a interculturalidade. Segundo Catherine Walsh, citadas por Vera Candau, podemos definir interculturalidade como:

[...] um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela o conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar.⁶⁶

Nesse sentido, o ecumenismo, como alternativa para o exercício da interculturalidade, torna-se instrumento que impulsiona as ações educativas do Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE), como ação afirmativa de ascensão do povo negro gaúcho.

⁶⁴ Usando as palavras que constam na apresentação do referido documento, o Credo Social da Igreja Metodista é "sua doutrina social, a declaração da responsabilidade social da Igreja frente aos desafios dos nossos tempos, e como resposta missionária ao apelo do Evangelho do Senhor Jesus." IGREJA METODISTA. **Credo Social**. Mensagem recebida por lilian.lira@ipametodista.edu.br em 26 de jul. 2006.

⁶⁵ IGREJA METODISTA. **Credo Social**. Mensagem recebida por lilian.lira@ipametodista.edu.br em 26 de jul. 2006.

⁶⁶ CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 13 n^o. 37, jan./abr, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>.

Referências

A COR da Cultura. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade:

as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, vol. 13 nº. 37, jan./abr, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>.

CARDOSO, Marcos. **O Movimento Negro**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Petronilha e SILVÉRIO, Beatriz Gonçalves e Valter Roberto (Orgs). **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003.

CARVALHO. José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: Um Desafio para as Universidades Brasileiras**. Palestra proferida na II Semana da Consciência Negra da FEEVALE. FEEVALE: Novo Hamburgo, 17 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2006.

CARVALHO e SEGATO, José Jorge e Rita Laura. **Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília**. Parte 2: A eficácia das cotas para negros na universidade: uma análise das formas de impacto na academia e na sociedade. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie314empdf.pdf>>. Acesso em: 24 de jul. 2006.

CEERT. **Política de Promoção da Igualdade Racial na Educação – Exercitando a Definição de Conteúdos e Metodologias**. Brasília: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2004.

Desigualdades raciais no Brasil. Disponível em: <http://www.desigualdade.inf.br/textos/desigualdades_raciais.ppt>. Acesso em: 04 de jul. 2006.

Disponível <<http://www.ipametodista.edu.br/institucional/canal/noticias>>. Acesso em: 25 jul.2006. Sobre este assunto, ver também o site da Fundação Getúlio Vargas, <<http://www4.fgv.br/cps/simulador/quali2/index.htm>>. Com base nessa pesquisa, a Fundação montou um simulador para salário e possibilidade de emprego considerando as variáveis: faixa etária, grau de estudo, sexo e raça (afro e não-afro).

IGREJA METODISTA. **Credo Social**. Mensagem recebida por lilian.lira@ipametodista.edu.br, em 26 de jul. 2006.

IGREJA METODISTA. **Plano para a Vida e a Missão**. Mensagem recebida por lilian.lira@ipametodista.edu.br, em 26 de jul. 2006.

JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/desigualdades/Parte1.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2006.

LIRA, Lilian Conceição da Silva Pessoa de. **O Centro Ecumênico de Cultura Negra (CECUNE) e as suas ações educativas**.

LUFT, Pedro Celso. **Mini Dicionário Luft**, Porto Alegre, 1991.

MUNANGA, Kabengele. Construção da Identidade Negra no Contexto da Globalização. In: OLIVEIRA, Iolanda. **Cadernos do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB)**, n. 4. Niterói: EdUFF, 2002, p. 61-84.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA e SILVÉRIO, Petronilha Beatriz Gonçalves e Valter Roberto (Orgs.). **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003, p. 117-128.

SANTOS, Boaventura e Souza. A Questão do Acesso na Universidade do Século XXI. In: **Revista Advir**. nº. 19. Rio de Janeiro: ASDUERJ, setembro de 2005.

SILVA, Cidinha da. Ações afirmativas em educação: um debate para além das cotas. In: SILVA, Cidinha da. (Org.) **Ações Afirmativas em Educação - Experiências Brasileiras**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003, p. 17.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Negros na universidade e produção do conhecimento. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e Ações Afirmativas – Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2003.